



CARTA ABERTA DOS PROFESSORES DA FE/UNICAMP

Nesse momento em que circulam na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) diferentes documentos e na imprensa, versões limitadas dos fatos sobre o acirramento de conflitos em meio ao movimento grevista, os docentes da FE vêm manifestar suas preocupações no que se refere aos atos de confronto, conflitos e disputas político-ideológicas no campus em tempos de insegurança política.

Essas preocupações exigem dois movimentos: o primeiro, a manutenção do princípio do diálogo e da negociação; e, o segundo de apuração de responsabilidades sobre os atos cometidos por quaisquer dos três segmentos que organizam a comunidade universitária. Assim, a Faculdade de Educação reitera seu posicionamento contrário a infligir castigos, ou seja, punir, pois somos, antes de tudo educadores. Mas, como educadores, somos favoráveis à apuração e à responsabilização pelas ações de enfrentamento de ideias e posições. Consequentemente, somos favoráveis ao diálogo e à construção participativa de soluções entre quais estão inscritos os atos reparativos.

Punir simplesmente, nos remete às instituições totalitárias; responsabilizar, implica envolver não só o ato em si, mas seu conteúdo, seu processo e contexto, permitindo uma avaliação valorativa não só daquele ou daqueles que se sentiram prejudicados, mas em especial do agente sobre seu próprio ato. Considerando, ainda, que nem sempre os polos de vítima e autor são claros.

Os vídeos veiculados pela imprensa, que enquadram professores e alunos em situações de confronto, não esgotam a produção audiovisual das mobilizações em curso na Universidade e obedeceram a critérios jornalísticos nem sempre comprometidos com a construção democrática do diálogo e do entendimento. Embora a instituição não possa se eximir da apuração das responsabilidades dos agentes é preciso considerar as forças éticas, estéticas e políticas que atravessam a produção audiovisual em contextos educativos e em situações políticas de mobilização.

Na situação em que nos encontramos precisamos refletir sobre esta produção, reconhecendo sua potência como instrumento democrático, desde que consciente dos impulsos que nos levam a ligar uma câmera e dos limites que nos impõe desligá-la. Nem sempre é possível avaliar as dimensões de uma produção audiovisual, mas é possível construir um pensamento sobre a responsabilidade que estes recursos representam para comunidade universitária.

Além disso, nossa apreensão se amplia ao considerarmos o contexto em que vive a Universidade pública brasileira, especialmente, a instituição universitária paulista. Essa última tem sofrido com os limites orçamentários em razão da queda de arrecadação do

ICMS, principalmente nos três anos mais recentes. Tal situação a coloca em posição vulnerável. Ataque maior ainda é dirigido a educação pública em todos os níveis, com as políticas ensaiadas pelo governo federal interino que apontam para o enxugamento do Estado, o que significa comprometer as políticas públicas duramente conquistadas nas últimas décadas e, especialmente, o investimento público educacional para a educação.

No contexto de intensificação da crise econômica e política em nosso país, enfrentamentos são feitos à autonomia docente e à liberdade de cátedra, conquistas republicanas históricas. Tais ataques estão especialmente explicitados no projeto “Escola “Escola sem Partido” (PL 867/2015). Contra esse projeto nos associamos às manifestações manifestações de colegas de todo o Brasil. Afirmamos que os princípios presentes nesse Projeto de Lei negam a própria possibilidade de educar. Sublinhamos que a escola deverá respeitar diferentes posições e situações sociais, e jamais praticar o dogmatismo de qualquer natureza. A escola deve sempre ser uma comunidade de aprendizado e vivência dos Direitos Humanos e da Democracia.

Acompanhamos ainda com preocupação o surgimento de projetos que apontam para a redução de direitos dos trabalhadores e do funcionalismo público, conquistas históricas dos movimentos sociais no país. A afronta expressa pelas propostas de extensão da jornada de trabalho e pela reforma previdenciária, são algumas dessas ameaças que a mídia faz circular diariamente.

Em razão desse quadro, entendemos ser necessário que nos mantenhamos (docentes, funcionários técnico-administrativos e estudantes) unidos na busca de soluções para a preservação e ampliação da Universidade pública brasileira, com qualidade socialmente referenciada. Faz-se necessário que atuemos de forma conjunta e a partir dos códigos de de civilidade pelas nossas pautas que ganham relevância se tratadas de forma articulada com as pautas gerais da sociedade brasileira.

A Unicamp chega em 2016 aos seus 50 anos graças a ação coletiva de docentes, funcionários técnico-administrativos e estudantes que por aqui já passaram ou continuam atuando e financiada com recursos públicos. Nesse momento de tensão e conflito internos que vivemos, é fundamental que repactuemos para que consigamos avançar preservando nossa Universidade. Para tanto, faz-se necessário assegurarmos as instâncias e os órgãos colegiados com representação dos três segmentos como espaços privilegiados para o aprofundamento do debate acerca das necessidades e demandas da da comunidade universitária garantindo assim o processo de democratização institucional institucional e as conquistas já asseguradas pelos movimentos mais recentes.

Professores, Estudantes e Técnicos Administrativos, é preciso que tenhamos em conta que a Universidade Estadual de Campinas é um patrimônio da sociedade paulista e brasileira e que nos cabe preservar.

Julho de 2016